



RELA TÓ RIO ANUAL 2021

 **SICOOCREDIMOGIANA**
Cooperativa de Crédito

**HÁ 30 ANOS
CUIDANDO DA SUA
SAÚDE FINANCEIRA**

SICOOB CREDIMOGIANA



SUMÁRIO

- | | |
|-----------|-----------------------------------------------|
| 04 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |
| 05 | RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA |
| 06 | QUEM SOMOS |
| 07 | MISSÃO, VISÃO E VALORES |
| 08 | QUADRO FUNCIONAL |
| 12 | PRODUTOS E SERVIÇOS |
| 14 | RESPONSABILIDADE SOCIAL |
| 15 | NOSSAS PARCERIAS |
| 16 | DADOS DO RELATÓRIO ANUAL |
| 18 | BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÕES |
| 24 | PARECER DO CONSELHO FISCAL |
| 25 | PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES |
| 28 | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS |
| 58 | ONDE ESTAMOS |

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Momento maior das atividades de uma Cooperativa de Crédito sem dúvida alguma é a sua Assembleia Geral Ordinária, não só pela conformidade com as disposições legais e estatutárias, mas também de acordo com a nossa política de transparência e ética. Consta na pauta, afinal, além da prestação de contas, as deliberações que certamente traduziram o destino da nossa instituição financeira.

Reflexões fazem-se necessárias relativa ao ano de 2021, quando modificações regimentais, estatutárias e também na gestão de toda dinâmica da nossa cooperativa, assim nos exigiu.

Outras alterações realizadas precederam de rigoroso estudo da Diretoria Executiva, com acompanhamento e aprovação dos Delegados, Conselho de Administração e da costumeira vigilância do nosso Conselho Fiscal, sem esquecer da participação de todos nossos colaboradores que também foram fundamentais em nosso desempenho.

A evolução no conjunto de normas oriundas do Sistema Sicoob, do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional, bem como as regras de mercado, trouxe no seu bojo a responsabilidade da mudança das estruturas e a atenção constante sobre todos os fatos que impactam à globalização, com iniciativas imediatas, preservando desta forma os interesses da nossa empresa e consequentemente de nossos associados.

A consciência dos nossos desafios, do papel estratégico de estarmos preparados para o crescimento, a evolução e as necessidades dos nossos cooperados nos impõem uma gestão democrática e participativa com todo corpo associativo.

Os resultados referentes ao ano de 2021 e dos anos anteriores só foram alcançados porque tivemos a participação decisiva dos associados, dos colaboradores, diretores executivos, conselheiros, e delegados que sempre estiveram presentes com idealismo, desempenho, lisura e amor a causa cooperativista.

Agradecemos o apoio e o envolvimento de todos.
Juntos somos mais fortes!!!

Roberto Guimarães
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezado cooperado,

Em 2021 continuamos vivendo grandes desafios com a pandemia ainda em evidência, devido as condições sanitárias ainda não estarem completamente resolvidas, mantivemos as restrições no relacionamento com nossos cooperados e cuidados com nossos colaboradores, com apoio e auxílio da retaguarda da nossa medicina do trabalho.

Continuamos com o modelo de trabalho híbrido, ofertando a possibilidade de realizá-lo via *home office*, o que nos permitiu aprimorar ainda mais o atendimento a distância dos nossos cooperados, tornando inclusive a nossa agência virtual (CredVirtua), uma forte referência para outras cooperativas de crédito que aderiram ao modelo de atendimento. Para se ter uma ideia atualmente a cooperativa consegue entregar 98% de atendimento à distância feito pelos canais digitais, não necessitando da presença física.

Além disso, ficamos felizes com o crescimento tanto da nossa carteira de crédito quanto da nossa carteira de captação. Assim como com o avanço que tivemos na entrega de produtos e serviços necessários e adequados ao perfil de cada um dos nossos cooperados.

Procuramos ser muito assertivos e consultivos em nossos atendimentos, ofertando produtos customizados ao perfil do nosso cooperado, levando sempre a eficiência que a cooperativa vem buscando, principalmente na entrega do que eles precisam.

Fizemos também ações de melhoria nos nossos Postos de Atendimento físico, alguns passaram por adequações e reformas, também houve aprimoramento dos processos com a aquisição de ferramentas que possibilitaram a melhora da questão processual, mitigando erros e evitando retrabalhos.

Ainda continuamos com nosso problema de bens de uso não próprio. Uma boa notícia é que colocamos como meta baixar esse problema em 50% em 2021 e conseguimos atingir 53% do total de BNDU diminuído com um deságio bem aceitável.

Para finalizar entregamos o Planejamento Estratégico 2022-2023, que trilhamos envolvendo todos os stakeholders da cooperativa (desde os nossos colaboradores, diretoria, conselheiros e os nossos delegados (representantes dos nossos cooperados)). Do qual nos possibilita nortear os próximos dois anos, considerando os nossos objetivos, sempre buscando o crescimento com sustentabilidade e tentando ser a principal instituição financeira de todos os nossos cooperados.

Agradecemos o apoio de mais um ano de trabalho, tanto aos meus pares da diretoria quanto aos demais pelo apoio e a sustentação do suporte que nos é dado dia a dia.

Maurício Chaves Bartocci
Diretor Presidente

QUEM SOMOS

Data de Fundação: 26/10/1992

Quantidade de cooperados em 31/12/2021: 10.782

O Sicoob Credimogiana é uma cooperativa de crédito com 30 anos de mercado, presente nas cidades de Franca (sede), Batatais, Brodowski, Ribeirão Preto, Orlândia, Jaboticabal, Jardinópolis e Campinas com 11 postos de atendimento. Somos uma cooperativa singular, ligada a Central Cecresp e pertencente ao sistema Sicoob – o maior Sistema Financeiro Cooperativo do Brasil, com mais de 6 milhões de cooperados e mais de 3.800 postos de atendimento distribuídos em todo país.

Área de atuação:

Estado de São Paulo: Franca, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Brodowski, Buritizal, Campinas, Cristais Paulista, Dibrada, Guariba, Itirapuã, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Jeriquara, Monte Alto, Motuca, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pradópolis, Restinga, Ribeirão Corrente, Ribeirão Preto, Rifaina, Santa Ernestina, São José da Bela Vista, Sertãozinho, Taiaçu
Estado de Minas Gerais: Ibiraci, Capetinga, Cássia, Passos e São Sebastião do Paraíso

Áreas em Estudo: Localidades em nossa área de atuação que tenham potencial principalmente em Crédito Rural.

MIS SÃO

VI SÃO

VA LO RES

“

Ter soluções em demandas
do sistema financeiro.

”

“

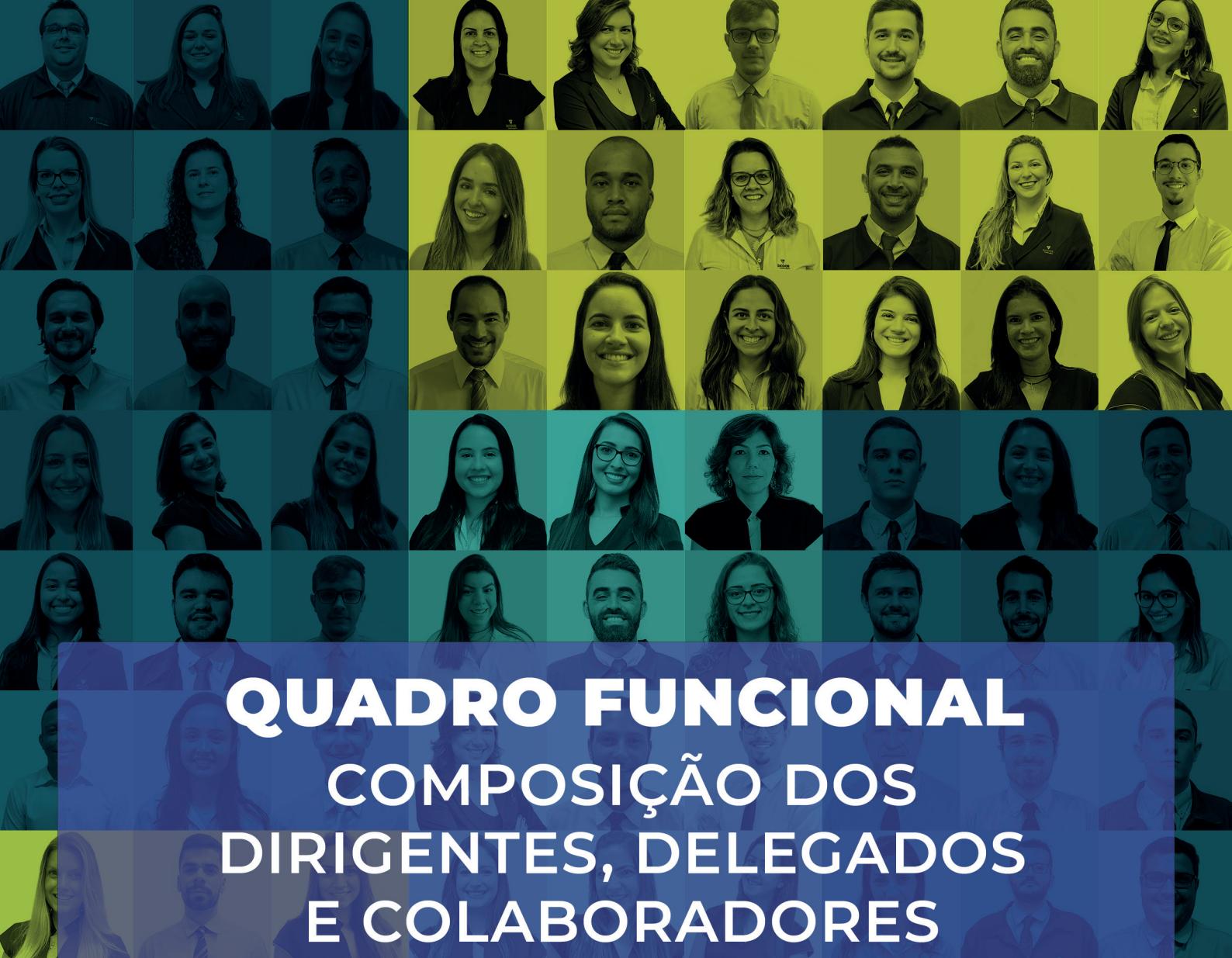
Ser a principal instituição
financeira dos cooperados.

”

“

Transparência, Comprometimento,
Respeito, Ética, Solidariedade,
Responsabilidade

”

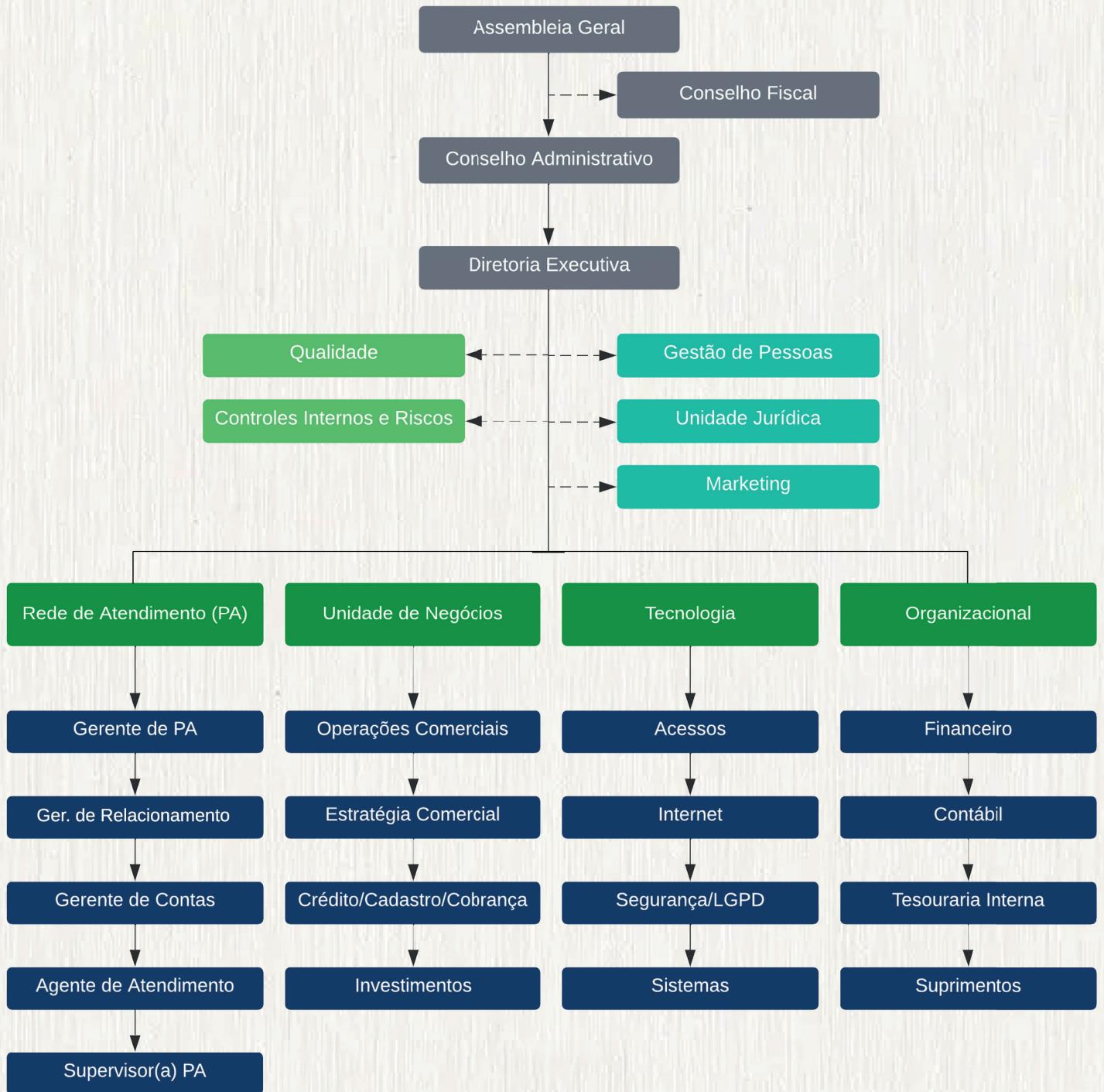


QUADRO FUNCIONAL

COMPOSIÇÃO DOS DIRIGENTES, DELEGADOS E COLABORADORES



ORGANOGRAMA DA CREDIMOGIANA



DIRIGENTES

CONSELHO FISCAL

Danilo Caires Ribeiro - Efetivo
André Luis de Paula Tasso - Efetivo
Lino Blanco Aguayo – Efetivo
Fabien Fernando Felício - Suplente
José Antônio S. Melani – Suplente
Wilian Amin Dib – Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Guimarães - Presidente
Cleber Rebello Novelino - Vice Presidente
Flávio Martins - Conselheiro
Gabriel Druzilli Pelizaro - Conselheiro
Halliny Silveira L. Camarota - Conselheira
Marcos da Silveira - Conselheiro
Rosana Haddad Bistane - Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Maurício Chaves Bartocci
Diretor Presidente
Geraldo Marques de Sousa
Diretor Administrativo
Sergio Ricardo Cecílio Hallak
Diretor Financeiro

DELEGADOS

FRANCA

Ricardo Barbosa - Efetivo
José Eduardo Pacienza Rodrigues - Efetivo
Domingos Cassis Neto - Efetivo
Ricardo Massuo Meiwa - Efetivo
Luis Fernando Calixto - Efetivo
Mauricio Cerqueira Pucci - Efetivo
Francisco Luis Coelho Rocha - Suplente
Osvaldo Nascimento Filho - Suplente
Daniel Henrique Bovo - Suplente

BATATAIS

Devanir dos Reis Tomazelli - Efetivo

BRODOWSKI

Anderson Carlos Pereira - Efetivo

RIBEIRÃO PRETO

Luiz Eugenio Pedro de Freitas - Efetivo
Alexandre Touso Matarazzo - Efetivo
Kleber Gonçalves da Motta - Efetivo
Ricardo Cesar Dosso - Efetivo
Roberto Edson do Nascimento Junior - Efetivo

ORLÂNDIA

Aristides Cividanes Neto - Efetivo

JABOTICABAL

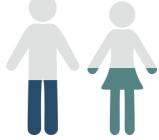
Luiz Eduardo Romero Gerbasi - Efetivo

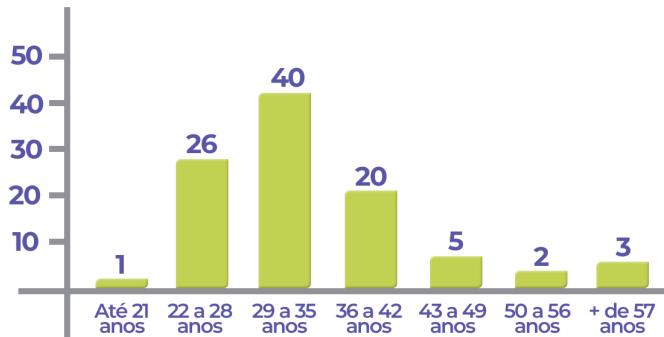
CAMPINAS

Roberto Cesar Quinta Reis - Efetivo
Mauro Akimoto Imai - Suplente
José Olavo Moretzsohn de Castro - Suplente

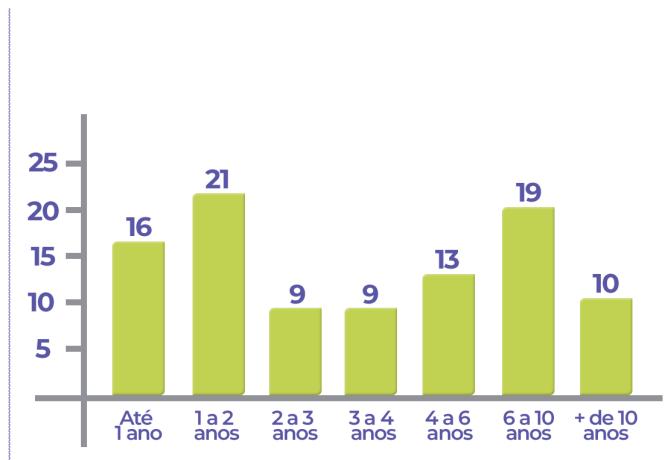
QUADRO FUNCIONAL

97 COLABORADORES

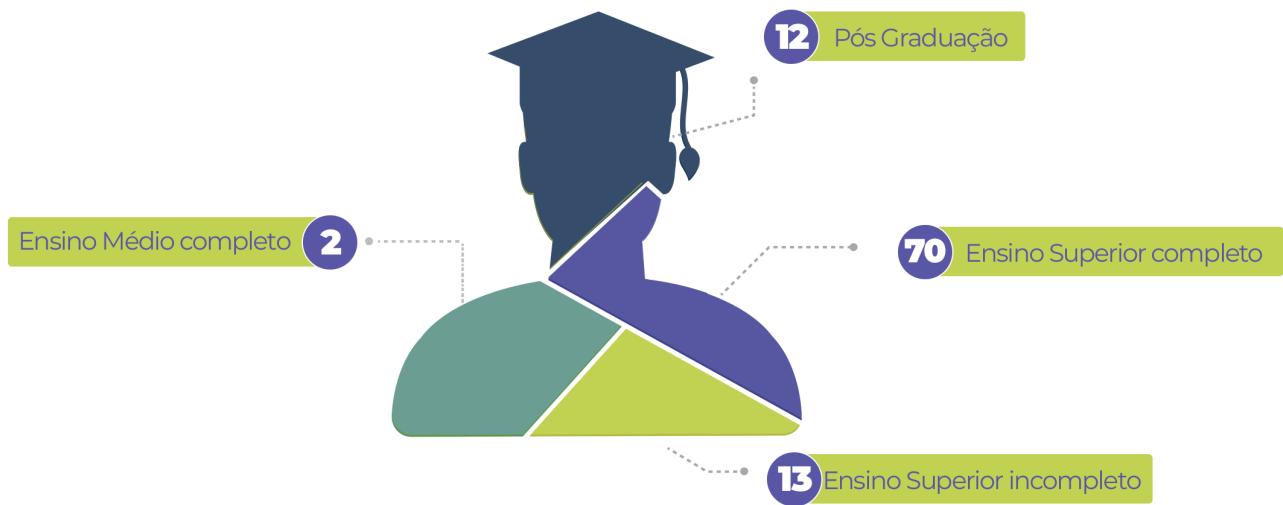
48% HOMEM  **52%** MULHER



MÉDIA DE IDADE



TEMPO DE CASA



77%
DOS COLABORADORES
CERTIFICADOS ANBIMA

NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS



**PRODUTOS E SERVIÇOS PARA
PESSOA FÍSICA E JURÍDICA**

Antecipação de recebíveis

Cheques
Títulos
Cartões

Aplicações Financeiras

RDC
LCI
LCA
Fundos de Investimento
Tesouro Direto
Previdência Privada
Poupança

Câmbio

Cartões

Sicoobcard – MasterCard e Visa
Vooz
Coopcerto Pré Pago
Cartão BNDES

Cheque Administrativo

Cheque Especial

Cobrança / Boletos

Consórcio

Conta

Conta Corrente
Conta Garantida
Conta Salário

Correspondente Bancário

DDA – Débito Direto Autorizado

Débito Automático

Depósitos **DOC / TED / PIX**

Empréstimos

Capital de Giro
Crédito Consignado
Crédito Imobiliário (SFH e SFI)
Crédito Pessoal
Crédito Rotativo
Crédito Rural
Hot Money
Consignado INSS
Aquisição de imóveis BNDES
13º salário e Antecipação de IR
Fertilização humana
Financiamentos
Cursos e estudos - Educred
Equipamentos novos e usados
(profissionais, informática,
máquinas, móveis e energia
fotovoltaica)
Veículo novo e seminovo
Reforma e construção - Construcred

Máquinas de cartão

Sipag
Sipaguinha
E-commerce e link de pagamentos

Seguros Gerais





PRODUTOS E SERVIÇOS PARA PRODUTOR RURAL

Linhas de Crédito Rural

Custeio Agrícola e Pecuário

Investimento

Consórcios

Maquinários

Bens duráveis e outros

Seguros Rurais

Aplicações



NOSSOS SERVIÇOS

Aplicativo Sicoob
Sicoob Empresarial
Coopcerto
Faça Parte
Sicoobcard Mobile
Coopera
Suporte Sipag via Chat
Assessoria Financeira
Atendimento Personalizado
Auto Atendimento - Caixa eletrônico
Cofre Inteligente
Consultoria em Investimentos
Atendimento Digital - CredVirtua
Recebimento de contas
Ouvidoria Sicoob

FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

Criado em 2014 pelo Banco Central do Brasil para garantir os depósitos dos cooperados até o valor de R\$ 250.000,00 por CPF/CNPJ.

Despesa mensal da cooperativa com o Fundo: R\$ 37.535,37 (Data base: 12.2021)

FUNDO GARANTIDOR DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Criado pelo Bancoob/Sicoob em novembro/2018 para garantir e contribuir com a solidez e estabilidade das cooperativas do Sistema.

A Cooperativa fez um aporte de R\$ 295.534,92 (11.2018 à 12.2019)



RESPONSABILIDADE SOCIAL

GERAL

E-book Guia de Gestão Financeira para empreendedores
Árvore Solidária

FRANCA

Casa do Colaborador | Unimed Franca
Educação Financeira | Live em parceria com o Sebrae
Doação de sangue (21 colaboradores doadores - Hemocentros de Franca e Ribeirão Preto)
Projeto “Empresa APAEXONADA”
Consultoria empresarial em parceria com o Sebrae Franca
VFICC – V Fórum Internacional de Cidades Criativas

BATATAIS

Doação de 7 mil luvas para a Santa Casa de Batatais | Covid
Árvore Solidária: arrecadação de fraldas geriátricas

BRODOWSKI

Projeto “Empresa APAEXONADA”
Árvore Solidária: arrecadação de fraldas geriátricas

RIBEIRÃO PRETO

Doação de sangue (21 colaboradores doadores - Hemocentros de Franca e Ribeirão Preto)
Árvore Solidária: Arrecadação de brinquedos e alimentos

ORLÂNDIA

Torneio de Beach Tennis

JABOTICABAL

Ação de Natal em parceria com o CDL Jaboticabal

CAMPINAS

Educação Financeira | Live em parceria com o Sebrae

NOSSAS PARCERIAS

GERAL

Confidence – Travelex Bank
Sicoob Cecresp Corretora de Seguros

FRANCA

Unimed Franca/SP - Hospital São Joaquim
Hospital Alan Kardec de Franca/SP
APM – Centro Médico de Franca/SP
APCD Franca - Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas de Franca/SP
Centro Universitário de Franca - UNIFACEF
SEBRAE

BATATAIS

Unimed Batatais/SP
Santa Casa de Batatais/SP

BRODOWSKI

ACI Brodowski – Associação Comercial e Industrial de Brodowski/SP

RIBEIRÃO PRETO

Santa Casa de Ribeirão Preto/SP
APCD Ribeirão Preto - Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas de Ribeirão Preto/SP
Grupo Hospitalar São Lucas de Ribeirão Preto/SP
Associação dos Profissionais Protéticos Dentários de Ribeirão Preto/SP
AORP – Ribeirão Preto/SP

ORLÂNDIA

Associação de Engenheiros
SENAR - Sindicato Rural de Orlândia

JABOTICABAL

Santa Casa de Jaboticabal/SP
CDL Jaboticabal – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Jaboticabal/SP
Unimed Jaboticabal

JARDINÓPOLIS

ACI Jardinópolis - Associação Comercial e Industrial de Jardinópolis/SP

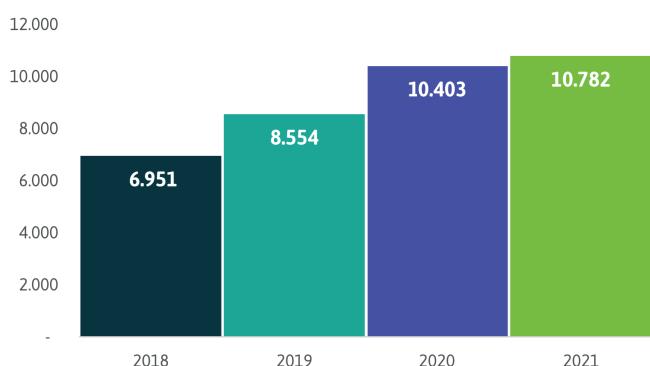
CAMPINAS

Hospital Vera Cruz
SEBRAE
AGCP - Associação Garantidora de Crédito Paulista

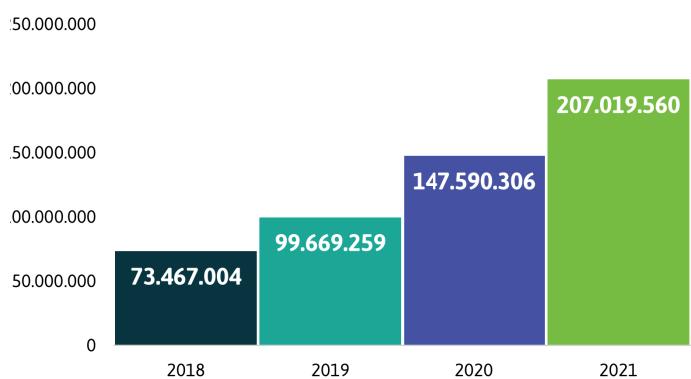


DADOS DO RELATÓRIO ANUAL

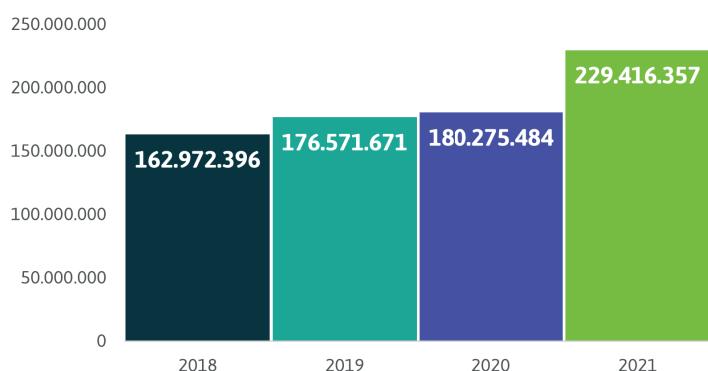
QUADRO SOCIETÁRIO / Evolução 3,64%



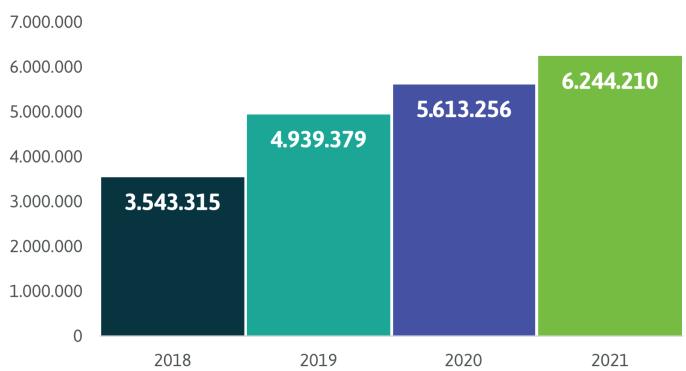
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / Evolução 40,27%



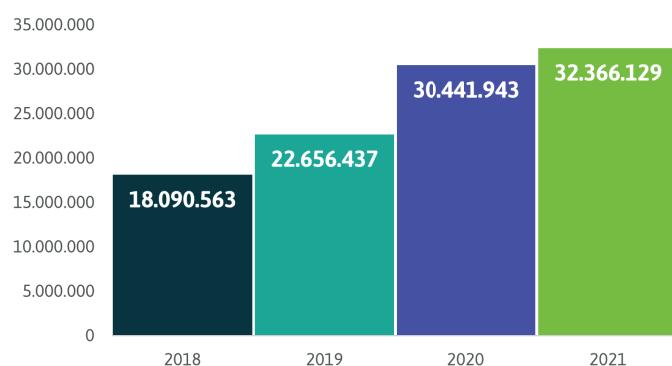
DEPÓSITOS A PRAZO / Evolução 27,26%



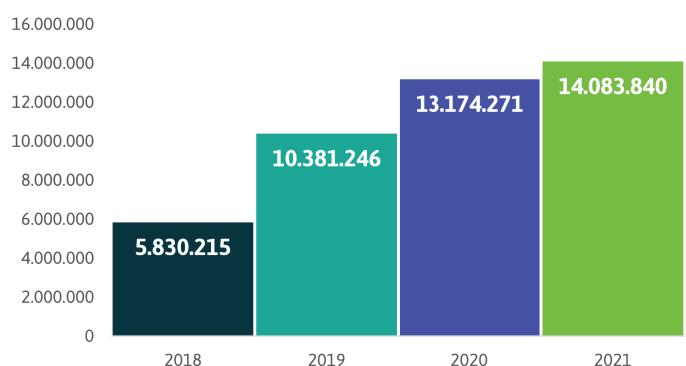
RECEITA PRODUTOS E SERVIÇOS / Evolução 11,24%



CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO / Evolução 6,32%

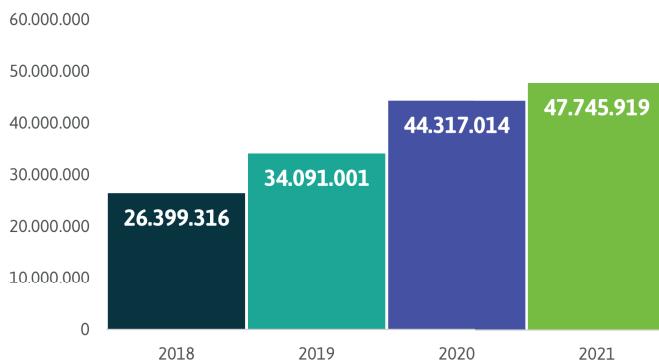


RESERVA LEGAL / Evolução 6,90%

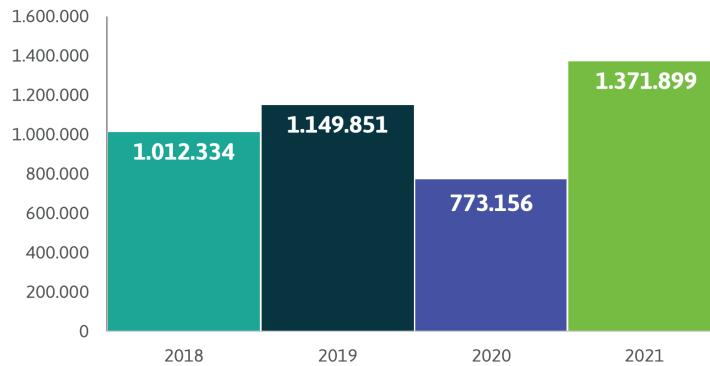


DADOS DO RELATÓRIO ANUAL

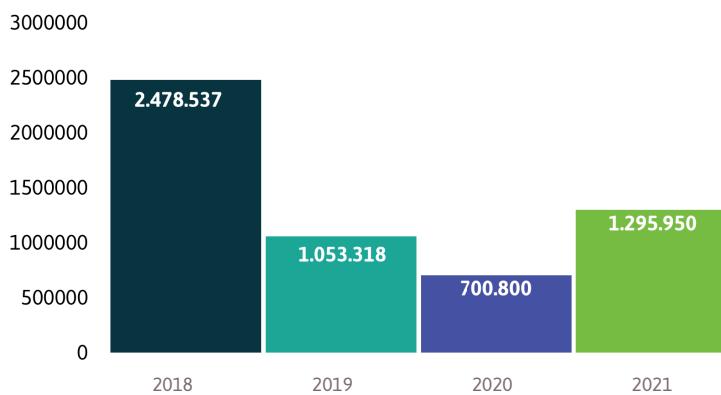
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / Evolução 7,74%



PAGAMENTO JUROS AO CAPITAL / Porcentagem Selic 100%

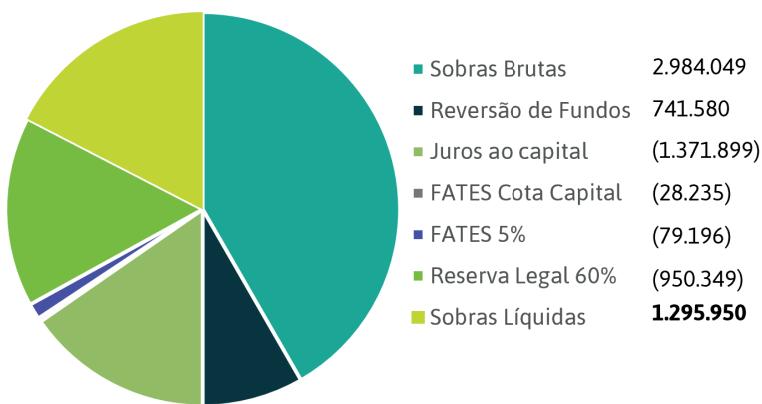


SOBRAS LÍQUIDAS / Evolução 84,92%



DETALHAMENTO - SOBRAS DO EXERCÍCIO

R\$ 1.295.950,00



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		363.985.327,31	317.806.577,48
Disponibilidades	4	3.084.576,50	2.612.385,07
Instrumentos financeiros		359.352.228,53	308.098.768,99
Títulos e Valores Mobiliários	5	150.978.295,40	158.990.902,47
Relações interfinanceiras	4	584.769,63	929.747,16
Centralização financeira		584.769,63	929.747,16
Operações de Crédito	6	204.680.718,22	146.856.296,20
Outros ativos financeiros	7	3.108.445,28	1.321.823,16
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(14.529.899,02)	(9.571.233,97)
(-) Operações de Crédito	6.e	(14.028.784,15)	(9.384.381,32)
(-) Outras	7.1.a	(501.114,87)	(186.852,65)
Ativos fiscais correntes e diferidos	8	89.576,48	64.483,93
Outros ativos	9	7.436.080,18	11.545.354,51
Investimentos	10	5.603.751,92	2.741.678,35
Imobilizado de uso	11	4.566.079,16	3.757.881,82
Intangível	12	152.514,05	162.588,80
(-) Depreciações e amortizações	11 e 12	(1.769.580,49)	(1.605.330,02)
TOTAL DO ATIVO		363.985.327,31	317.806.577,48

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		363.985.327,31	317.806.577,48
Depósitos	13	285.920.454,49	260.891.004,70
Depósitos à Vista		71.126.308,56	83.448.171,75
Depósitos sob aviso		1.402.374,68	1.461.851,33
Depósitos à Prazo		213.391.771,25	175.980.981,62
Demais instrumentos financeiros		22.169.583,78	4.795.732,42
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	14.622.211,37	2.832.651,42
Outros passivos financeiros	15	7.547.372,41	1.963.081,00
Provisões	17	516.235,48	335.993,90
Obrigações fiscais correntes e diferidas	18	545.046,55	511.380,15
Outros passivos	19	7.088.088,00	6.955.452,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	47.745.919,01	44.317.014,15
Capital social		32.366.128,94	30.441.943,19
Reservas de sobras		14.083.839,66	13.174.271,04
Sobras ou perdas acumuladas		1.295.950,41	700.799,92
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		363.985.327,31	317.806.577,48

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		19.849.424,43	36.362.686,90	31.001.724,58
operações de crédito	22	14.786.733,09	29.162.645,97	26.868.650,65
resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	5.062.691,34	7.200.040,93	4.133.073,93
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23	(9.694.790,96)	(15.568.170,75)	(10.387.822,08)
operações de captação no mercado	13	(6.362.895,01)	(8.722.026,33)	(4.823.584,04)
provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.652.776,68)	(6.846.144,42)	(5.564.238,04)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		9.833.752,74	20.794.516,15	20.613.902,50
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.685.777,19)	(15.260.850,27)	(14.176.988,66)
ingressos e receitas de prestação de serviços	24	2.134.738,16	3.843.076,53	3.610.252,54
rendas de tarifas	25	418.477,22	844.614,92	1.077.275,39
dispêndios e despesas de pessoal	26	(6.576.777,76)	(12.905.830,66)	(11.462.467,81)
outros dispêndios e despesas administrativas	27	(4.784.039,64)	(9.245.810,45)	(8.405.412,30)
dispêndios e despesas tributárias		(43.510,46)	(96.798,93)	(199.792,13)
outros ingressos e receitas operacionais	28	1.781.103,14	3.408.149,53	2.641.939,08
outros dispêndios e despesas operacionais	29	(615.767,85)	(1.108.251,21)	(1.438.783,43)
PROVISÕES	30	(106.545,89)	(180.241,58)	2.956,32
provisões/reversões para garantias prestadas		(106.545,89)	(180.241,58)	2.956,32
RESULTADO OPERACIONAL		2.041.429,66	5.353.424,30	6.439.870,16
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	(700.341,79)	(2.002.160,67)	(3.232.090,40)
lucros em transações com valores e bens		265.119,55	265.119,55	526.254,12
(-) prejuízos em transações com valores e bens		(307.078,12)	(760.996,39)	(1.207.326,02)
ganhos de capital		22.820,86	50.340,38	5.015,22
rendas de aluguel		154.755,37	154.755,37	117.875,38
outras rendas não operacionais		53.535,31	72.209,67	4.673,65
(-) perdas de capital		(11.117,32)	(11.117,32)	(215,84)
(-) despesas de provisão não operacionais		(878.377,44)	(1.772.471,93)	(2.678.350,70)
(-) outras despesas não operacionais		-	-	(16,21)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.341.087,87	3.351.263,63	3.207.779,76
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(129.590,25)
imposto de renda sobre atos não cooperados		-	-	(76.493,91)
contribuição social sobre atos não cooperados		-	-	(53.096,34)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(166.193,89)	(367.214,76)	(302.748,24)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.174.893,98	2.984.048,87	2.775.441,27
JUROS AO CAPITAL	21	(1.371.899,47)	(1.371.899,47)	(773.156,35)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(197.005,49)	1.612.149,40	2.002.284,92

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	1.174.893,98	2.984.048,87	2.775.441,27
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.174.893,98	2.984.048,87	2.775.441,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para expansão	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		23.317.520,14	(661.082,92)	10.381.245,63	-	1.053.317,92	34.091.000,77
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	-	1.035.021,82	-	(1.035.021,82)	-
Movimentação de Capital:							
Por subscrição/ realização		3.186.971,99	(109.633,75)	-	-	-	3.077.338,24
Por devolução (-)		(2.462.198,74)	-	-	-	-	(2.462.198,74)
Estorno de Capital		(4.848,00)	-	-	-	-	(4.848,00)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	2.775.441,27	2.775.441,27
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(773.156,35)	(773.156,35)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		733.074,25	-	-	-	-	733.074,25
Movimentações por Incorporações		6.442.140,22	-	515.852,53	40.780,29	(18.296,10)	6.980.476,94
Destinações das Sobras do Período:	20.d						
Fundo de Reserva		-	-	1.201.370,77	-	(1.201.370,77)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-	(100.114,23)	(100.114,23)
Saldos em 31/12/2020		31.212.659,86	(770.716,67)	13.133.490,75	40.780,29	700.799,92	44.317.014,15

Continua...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

Continuação...

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para contingências	Reserva para expansão	Sobras ou perdas acumuladas	Totais	
Saldos em 31/12/2020		31.212.659,86	(770.716,67)	13.133.490,75		-	40.780,29	700.799,92	44.317.014,15
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	700.799,92		(700.799,92)	-	
Movimentação de Capital:									
Por subscrição/realização		3.440.423,82	(96.707,00)	-	-		-	3.343.716,82	
Por devolução (-)		(2.734.850,51)	-	-	-		-	(2.734.850,51)	
Estorno de Capital		(4.977,00)	-	-	-		-	(4.977,00)	
Reversões de Fundos		-	-	-	(700.799,92)	(40.780,29)	741.580,21	-	
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-		2.984.048,87	2.984.048,87	
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-		(1.371.899,47)	(1.371.899,47)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	21	1.320.296,44	-	-	-		-	1.320.296,44	
Destinações das Sobras do Período:	20.d								
Fundo de reserva		-	-	950.348,91	-		(950.348,91)	-	
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-		(79.195,74)	(79.195,74)	
Fates - atos não cooperativos		-	-	-	-		(28.234,55)	(28.234,55)	
Saldos em 31/12/2021		33.233.552,61	(867.423,67)	14.083.839,66		-	1.295.950,41	47.745.919,01	

Continua..

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

Continuação...

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para contingências	Reserva para expansão	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 30/06/2021		31.733.291,53	(752.576,16)	13.133.490,75	420.699,48	40.780,29	1.809.154,89	46.384.840,78
Movimentação de Capital:								
Por subscrição/realização		1.807.539,50	(114.847,51)	-	-	-	-	1.692.691,99
Por devolução (-)		(1.625.556,86)	-	-	-	-	-	(1.625.556,86)
Estorno de Capital		(2.018,00)	-	-	-	-	-	(2.018,00)
Reversões de Fundos		-	-	-	(420.699,48)	(40.780,29)	461.479,77	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	1.454.994,42	1.454.994,42
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(1.371.899,47)	(1.371.899,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	21	1.320.296,44	-	-	-	-	-	1.320.296,44
Destinações das Sobras do Período:	20.d				-			
Fundo de Reserva		-	-	950.348,91	-	-	(950.348,91)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	-	-	(79.195,74)	(79.195,74)
Fates - atos não cooperativos		-	-	-	-	-	(28.234,55)	(28.234,55)
Saldos em 31/12/2021		33.233.552,61	(867.423,67)	14.083.839,66	-	1.295.950,41	47.745.919,01	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.341.087,87	3.351.263,63	3.207.779,76
Provisões/Reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.652.776,68	6.846.144,42	5.564.238,04
Provisões/Reversões para garantias prestadas	106.545,89	180.241,58	(2.956,32)
Provisões/reversões não operacionais	878.377,44	1.772.471,93	2.678.350,70
Atualização de depósitos em garantia	(1.425,36)	(1.425,36)	(53,84)
Depreciações e amortizações	237.940,62	429.505,84	381.874,90
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	6.215.303,14	12.578.202,04	11.829.233,24
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e valores mobiliários	8.740.301,03	8.012.607,07	(10.252.289,68)
Operações de crédito	(44.413.420,37)	(59.632.537,20)	(53.496.759,44)
Outros ativos financeiros	(1.726.334,73)	(1.864.560,95)	728.602,90
Ativos fiscais correntes e diferidos	(13.959,60)	(25.092,55)	(49.854,57)
Outros ativos	2.364.176,51	2.336.802,40	1.608.682,01
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à vista	(18.658.384,85)	(12.321.863,19)	36.136.877,25
Depósitos sob aviso	36.029,47	(59.476,65)	(1.289.904,47)
Depósitos à prazo	33.002.393,67	37.410.789,63	2.161.066,58
Recursos de aceite e emissão de títulos	9.960.193,41	11.789.559,95	2.832.651,42
Outros passivos financeiros	6.792.093,93	5.584.291,41	(309.374,46)
Provisões	-	-	329.746,77
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(37.230,78)	33.666,40	69.619,50
Outros passivos	(1.820.415,14)	(1.606.478,39)	344.913,21
Fates - atos cooperativos	(79.195,74)	(79.195,74)	(100.114,23)
Fates - atos não cooperativos	(56.469,10)	(28.234,55)	-
Outras destinações	700.799,92	-	-
Imposto de renda	-	-	(76.493,91)
Contribuição social	-	-	(53.096,34)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.005.880,77	2.128.479,68	(9.586.494,22)
Atividades de Investimentos			
Aquisição de intangível	-	-	(67.170,87)
Aquisição de imobilizado de uso	(349.846,05)	(1.063.377,96)	(477.974,93)
Aquisição de investimentos	(1.193.583,30)	(2.862.073,57)	(724.750,68)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.543.429,35)	(3.925.451,53)	(1.269.896,48)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	1.692.691,99	3.343.716,82	3.077.338,24
Devolução de capital à cooperados	(1.625.556,86)	(2.734.850,51)	(2.462.198,74)
Estorno de capital	(2.018,00)	(4.977,00)	(4.848,00)
Juros sobre o capital próprio, líquido	1.320.296,44	1.320.296,44	733.074,25
Aumento no capital por incorporações	-	-	6.442.140,22
Aumento nas reservas por incorporações	-	-	556.632,82
Sobras/Perdas por incorporações	-	-	(18.296,10)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.385.413,57	1.924.185,75	8.323.842,69
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	847.864,99	127.213,90	(2.532.548,01)
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.173.165,78	3.542.132,23	6.074.680,24
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.669.346,13	3.669.346,13	3.542.132,23
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	496.180,35	127.213,90	(2.532.548,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, no cumprimento de suas atribuições legais, em pleno acordo com a legislação estatária vigente, declara ter examinado as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro do ano de 2021.

Este Conselho Fiscal, de acordo com as boas práticas de governança corporativa, informa a seus cooperados que avaliou semanalmente os contratos de créditos, examinou mensalmente os gastos e despesas administrativas da cooperativa.

Foram convidados, periodicamente para esclarecimentos, os departamentos de crédito, contábil, jurídico, gestão de pessoas e comercial, bem como reuniões com os profissionais do Controle Interno e Diretoria Executiva e o Presidente do Conselho de Administração.

Por meio de convite, participamos de algumas reuniões do Conselho de Administração.

Dado o exposto, e em conformidade ao relatório da Moore Prisma Auditores e Consultores Independentes, avaliamos que os demonstrativos refletem corretamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Assim sendo, concluímos que o balanço e a demonstrações de sobras referente ao exercício supracitado se encontram em condições de serem aprovados por esta Assembleia.

Franca/SP, 17 de março de 2022.

Danilo Caires Ribeiro

Fabien Fernando Felício

André Luis de Paula Tasso

José Antônio S. Melani

Lino Blanco Aguayo

Wilian Amin Dib

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana - em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 14 de março de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1 Contexto operacional	29
2 Apresentação das demonstrações financeiras	29
3 Resumo das principais práticas contábeis	31
4 Caixa e equivalentes de caixa	35
5 Títulos e valores mobiliários	35
6 Operações de crédito	35
7 Outros ativos financeiros	37
8 Ativos fiscais, correntes e diferidos	38
9 Outros ativos	39
10 Investimentos	39
11 Imobilizado de uso	40
12 Intangível	40
13 Depósitos	40
14 Recursos de aceite e emissão de títulos	41
15 Outros passivos financeiros	42
16 Instrumentos financeiros	42
17 Provisões	42
18 Obrigações fiscais, correntes e diferidas	43
19 Outros passivos	43
20 Patrimônio líquido	44
21 Juros ao capital próprio	45
22 Receitas de operações de crédito	45
23 Dispêndios e despesas da intermediação financeira	45
24 Ingressos e receitas de prestação de serviços	45
25 Rendas de tarifas	45
26 Dispêndios e despesas de pessoal	46
27 Outros dispêndios e despesas administrativas	46
28 Outros ingressos e receitas operacionais	46
29 Outros dispêndios e despesas operacionais	47
30 Despesas com provisões	47
31 Outras receitas e despesas	47
32 Resultado não recorrente	47
33 Partes relacionadas	47
34 Cooperativa Central	50
35 Gerenciamento de risco	50
36 Seguros contratados – não auditado	56
37 Índice de Basileia	56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1 - Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana - é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 26/10/1992, filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Credimogiana, sediado à Rua Saldanha Marinho, N° 2.355, São José, Franca - SP, Possui 8 Postos De Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Franca – SP, Batatais - SP, Ribeirão Preto - SP, Brodowski - SP, Orlândia - SP, Jaboticabal - SP, Campinas - SP, Jardinópolis - SP.

OSicoobCredimogianatemcomoatividadepreponderanteaoperaçãonaáreacreditícia,tendocomofinalidade:

- (i) O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) Prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos;
- (iii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 4/3/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Credimogiana junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A Sicoob Credimogiana tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os colaboradores. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2021.

3- Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e pela centralização financeira mantida na Cooperativa Central.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Cecresp e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo

de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	2.874.812,50	2.483.535,07
Relações interfinanceiras - centralização financeira	584.769,63	929.747,16
Numerários em trânsito	209.764,00	128.850,00
TOTAL	3.669.346,13	3.542.132,23

5 - Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa	119.505.720,89	129.334.008,62
Cotas de fundos de investimento	31.472.574,51	29.656.893,85
TOTAL	150.978.295,40	158.990.902,47

Abaixo o resultado auferido com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	3.812.779,92	5.384.360,27	1.387.957,75	3.976.180,08
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.249.911,42	1.815.680,66	156.893,85	156.893,85
TOTAL	5.062.691,34	7.200.040,93	1.544.851,60	4.133.073,93

6 - Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	66.099.684,05	93.902.335,55	160.002.019,60	53.959.108,24	63.466.275,28	117.425.383,52
Financiamentos	15.060.182,51	27.570.852,65	42.631.035,16	10.018.780,87	19.412.131,81	29.430.912,68
Financiamentos rurais	255.747,06	1.791.916,40	2.047.663,46	-	-	-
Total de operações de crédito	81.415.613,62	123.265.104,60	204.680.718,22	63.977.889,11	82.878.407,09	146.856.296,20
(-) Provisões para operações de crédito	(5.084.679,26)	(8.944.104,89)	(14.028.784,15)	(4.162.101,78)	(5.222.279,54)	(9.384.381,32)
TOTAL	76.330.934,36	114.320.999,71	190.651.934,07	59.815.787,33	77.656.127,55	137.471.914,88

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamen-tos	Financia-mentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,5%	Normal	53.874.536,00	14.720.022,23	452.262,75	69.046.820,98	(345.234,10)	60.301.977,95	(301.509,89)
B	1%	Normal	52.048.743,10	20.683.129,99	1.045.014,17	73.776.887,26	(737.768,87)	36.209.528,28	(362.095,28)
B	1%	Vencidas	104.647,31	56.997,87	-	161.645,18	(1.616,45)	1.792.147,99	(17.921,48)
C	3%	Normal	23.249.814,97	5.004.299,60	550.386,54	28.804.501,11	(864.135,03)	24.100.743,89	(723.022,32)
C	3%	Vencidas	460.322,97	1.223.147,58	-	1.683.470,55	(50.504,12)	328.625,76	(9.858,77)
D	10%	Normal	14.590.894,67	705.085,98	-	15.295.980,65	(1.529.598,07)	11.030.643,24	(1.103.064,32)
D	10%	Vencidas	1.225.817,43	58.318,54	-	1.284.135,97	(128.413,60)	572.301,49	(57.230,15)
E	30%	Normal	1.439.723,55	36.793,21	-	1.476.516,76	(442.955,03)	3.422.141,98	(1.026.642,59)
E	30%	Vencidas	2.590.133,52	-	-	2.590.133,52	(777.040,06)	3.360.420,59	(1.008.126,18)
F	50%	Normal	869.694,68	79.210,42	-	948.905,10	(474.452,55)	1.133.343,17	(566.671,59)
F	50%	Vencidas	1.345.154,30	-	-	1.345.154,30	(672.577,15)	329.538,21	(164.769,11)
G	70%	Normal	224.588,84	-	-	224.588,84	(157.212,19)	266.062,98	(186.244,09)
G	70%	Vencidas	649.007,61	-	-	649.007,61	(454.305,33)	505.320,74	(353.724,52)
H	100%	Normal	3.778.147,80	-	-	3.778.147,80	(3.778.147,80)	2.017.817,56	(2.017.817,56)
H	100%	Vencidas	3.550.792,85	64.029,74	-	3.614.822,59	(3.614.822,59)	1.485.682,37	(1.485.682,37)
Total Normal		150.076.143,61	41.228.541,43	2.047.663,46	193.352.348,50	(8.329.503,64)	138.482.259,05	(6.287.067,64)	
Total Vencidos		9.925.875,99	1.402.493,73	-	11.328.369,72	(5.699.279,30)	8.374.037,15	(3.097.312,58)	
Total Geral		160.002.019,60	42.631.035,16	2.047.663,46	204.680.718,22	(14.028.782,94)	146.856.296,20	(9.384.380,22)	
Provisões		(13.340.722,89)	(658.838,20)	(29.223,06)	(14.028.784,15)			(9.384.381,32)	
Total Líquido		146.661.296,71	41.972.196,96	2.018.440,40	190.651.934,07			137.471.914,88	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	25.139.274,27	40.960.409,78	93.902.335,55	160.002.019,60
Financiamentos	4.021.077,82	11.039.104,69	27.570.852,65	42.631.035,16
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	255.747,06	1.791.916,40	2.047.663,46
TOTAL	29.160.352,09	52.255.261,53	123.265.104,60	204.680.718,22

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor privado - comércio	8.097.694,22	1.984.443,30	-	10.082.137,52	4,93%
Setor privado - indústria	2.279.977,30	533.739,32	-	2.813.716,62	1,37%
Setor privado - serviços	82.546.095,48	30.646.753,32	-	113.192.848,80	55,30%
Pessoa física	50.259.539,77	9.046.394,06	2.047.663,46	61.353.597,29	29,98%
Outros	16.818.712,83	419.705,16	-	17.238.417,99	8,42%
TOTAL	160.002.019,60	42.631.035,16	2.047.663,46	204.680.718,22	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(9.384.381,32)	(7.796.379,10)
Constituições/Reversões no período (Nota 23)	(6.452.518,01)	(5.759.892,12)
Transferência para prejuízo no período	1.808.115,18	4.303.979,16
Saldo Final	(14.028.784,15)	(9.384.381,32)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior devedor	10.376.722,69	5,01%	6.996.666,67	4,76%
10 maiores devedores	59.212.305,20	28,59%	35.936.374,02	24,43%
50 maiores devedores	114.970.042,95	55,52%	71.510.629,90	48,62%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	16.209.515,98	15.449.212,96
Valor das operações transferidas no período	3.039.256,62	4.814.613,16
Valor das operações recuperadas no período (Nota 22)	(2.694.826,84)	(2.051.916,38)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.347.260,51)	(2.002.393,76)
Saldo Final	15.206.685,25	16.209.515,98

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de “Receitas de Operações de Crédito”. (Nota 22).

7 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por avais e fianças honrados (a)	387.809,61	-	209.842,71	-
Rendas a receber (b)	753.675,49	-	569.747,23	-
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	203.632,93	1.747.399,36	110.000,08	414.167,14
Títulos e créditos a receber (d)	15.927,89	-	18.066,00	-
TOTAL	1.361.045,92	1.747.399,36	907.656,02	414.167,14

- (a) O saldo de avais e fianças honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) Em rendas a receber estão registrados: Rendas de convênios (R\$ 50.366,07), rendas de cartões (R\$ 251.421,92), e outros (R\$ 451.887,50);
- (c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;
- (d) Em títulos e créditos a receber estão registrados: Valores a receber de tarifas (R\$ 15.927,89);

7.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) **Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, segregadas em circulante e não circulante:**

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Provisões para avais e fianças honrados	(305.394,00)	-	(147.266,39)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(24.137,66)	(171.583,21)	(39.586,26)
TOTAL	(329.531,66)	(171.583,21)	(186.852,65)

- b) **Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,5%	Normal	-	-	-	-	40.000,00	(200,00)
B	1%	Normal	-	1.312.469,31	1.312.469,31	(13.124,69)	-	-
C	3%	Normal	-	-	-	-	484.167,22	(14.525,02)
C	3%	Vencidas	-	470.091,55	470.091,55	(14.102,75)	-	-
E	30%	Vencidas	58.543,02	-	58.543,02	(17.562,91)	24.026,38	(7.207,91)
F	50%	Vencidas	46.423,34	-	46.423,34	(23.211,67)	10.763,12	(5.381,56)
G	70%	Vencidas	60.673,05	-	60.673,05	(42.471,14)	51.716,92	(36.201,84)
H	100%	Normal	-	168.471,43	168.471,43	(168.471,43)	-	-
H	100%	Vencidas	222.170,20	-	222.170,20	(222.170,20)	123.336,29	(123.336,29)
Total Normal			-	1.480.940,74	1.480.940,74	(181.596,12)	524.167,22	(14.725,02)
Total Vencidos			387.809,61	470.091,55	857.901,16	(319.518,67)	209.842,71	(172.127,60)
Total Geral			387.809,61	1.951.032,29	2.338.841,90	(501.114,78)	734.009,93	(186.852,62)
Provisões			(305.415,91)	(195.698,87)	(501.114,78)		(186.852,63)	
Total Líquido			82.393,70	1.755.333,42	1.837.727,12		547.157,30	

8 - Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	89.375,13	64.282,58
Imposto de Renda a Recuperar	201,35	201,35
TOTAL	89.576,48	64.483,93

9 - Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	14.173,31	-	44.526,68	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	78.246,20	-	24.015,93	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	775.749,41	-	661.874,45	-
Devedores diversos – País (a)	363.602,66	267.000,00	976.095,65	-
Material em estoque	10.193,00	-	3.417,00	-
Ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos (b)	7.760.604,15	-	11.877.858,74	-
(-) Prov desv ativos não finc mantidos para venda - Rec. (c)	(2.261.543,42)	-	(2.655.623,94)	-
Despesas antecipadas (d)	268.106,70	556.671,19	797.453,96	212.459,06
Sem característica de concessão de crédito	(396.723,02)	-	(396.723,02)	-
TOTAL	6.612.408,99	823.671,19	11.332.895,44	212.459,06

- (a) Em devedores diversos estão registrados os saldos relativos a pendências a regularizar (R\$ 268.862,66) e outros (R\$ 361.740,00);
- (b) Em ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica bens não de uso próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019;
- (c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens e processos judiciais com impedimento de venda.
- (d) Registraram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes à aluguel antecipado, abatimento de reforma em aluguel e outros – parcerias.

10 - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	5.515.166,69	2.655.187,15
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	87.689,23	85.595,20
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	896,00	896,00
TOTAL	5.603.751,92	2.741.678,35

- (a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob Central Cecresp e ações do Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob.

11 - Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	1.635.037,37	1.165.945,88
Instalações	10%	492.810,18	331.064,88
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.043.324,59	983.684,32
Sistema de processamento de dados	20%	1.154.808,58	1.075.150,58
Sistema de segurança	10%	240.098,44	202.036,16
Total de imobilizado de uso		4.566.079,16	3.757.881,82
(-) Depreciação acum. amóveis de uso - Edificações		(274.981,45)	(214.266,75)
(-) Depreciação acumulada de instalações		(92.732,83)	(75.756,75)
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(1.313.938,98)	(1.243.410,32)
Total de depreciação de imobilizado de uso		(1.681.653,26)	(1.533.433,82)
TOTAL		2.884.425,90	2.224.448,00

- (b) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12 - Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	152.514,05	162.588,80
Total de Intangível	152.514,05	162.588,80
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(87.927,23)	(71.896,20)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(87.927,23)	(71.896,20)
TOTAL	64.586,82	90.692,60

13 - Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à vista (a)	71.126.308,56	-	83.448.171,75	-
Depósito sob aviso	1.402.374,68	-	1.461.851,33	-
Depósito a prazo (b)	211.363.078,66	2.028.692,59	174.396.725,67	1.584.255,95
TOTAL	283.891.761,90	2.028.692,59	259.306.748,75	1.584.255,95

- (a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
- (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações

pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

(c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior depositante	10.835.321,46	3,73%	9.925.377,52	3,81%
10 Maiores depositantes	52.587.793,91	18,10%	47.946.389,20	18,38%
50 Maiores depositantes	111.298.728,32	38,31%	100.996.169,31	38,73%

(d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de depósitos de aviso prévio	(42.015,33)	(59.986,57)	(15.569,02)	(58.708,37)
Despesas de depósitos a prazo	(6.033.698,01)	(8.333.815,36)	(1.792.963,63)	(4.758.855,84)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(11.817,24)	(11.817,24)	-	-
Despesas de Letras de crédito do imobiliário	(275.364,43)	(316.407,16)	(6.019,83)	(6.019,83)
TOTAL	(6.362.895,01)	(8.722.026,33)	1.814.552,48	(4.823.584,04)

14 - Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	13.395.394,13	-	2.832.651,42
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	-	1.226.817,24	-
TOTAL	13.395.394,13	1.226.817,24	2.832.651,42

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15 - Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros (a)	7.451.000,00	1.959.852,04
Obrigações por aquisição de bens e direitos	15.073,72	906,56
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (b)	81.298,69	2.322,40
TOTAL	7.547.372,41	1.963.081,00

- (a) Em recursos em trânsito de terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente (R\$ 7.451.000,00);
- (b) Em cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 80.634,44) e outros (R\$ 664,25).

16 - Instrumentos financeiros

O Sicoob Credimogiana opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17 - Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para garantias financeiras prestadas	481.313,02	34.922,46	330.592,97	5.400,93
TOTAL	481.313,02	34.922,46	330.592,97	5.400,93

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações prestadas	21.919.509,33	18.382.095,94
TOTAL	21.919.509,33	18.382.095,94

18 - Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de obrigações fiscais, correntes e diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para impostos e contribuições s/lucros	-	77,74
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	47.517,54	21.531,91
Impostos e contribuições sobre salários	426.193,77	417.773,54
Outros	71.335,24	71.996,96
TOTAL	545.046,55	511.380,15

19 - Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias (a)	3.031.311,66	2.350.999,97
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	991.666,26	1.122.014,15
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	1.819.783,54	1.682.127,41
Credores diversos – País (c)	1.245.326,54	1.800.310,63
TOTAL	7.088.088,00	6.955.452,16

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para juros ao capital próprio	9.936,57	9.936,57
Provisão para participações nas sobras (a.1)	369.994,90	322.519,43
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.505.881,37	1.903.089,37
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	145.498,82	115.454,60
TOTAL	3.031.311,62	2.350.999,97

(a.1) Consustanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

- (b) Em provisão para pagamentos a efetuar temos registradas despesas de pessoal (R\$ 1.229.466,86) e outros (R\$ 590.316,68);
- (c) Os saldos em credores diversos - País referem-se a pendências a regularizar no Banco Sicoob (R\$ 110,00), saldos credores - Encerramento C/C (R\$ 218,15), cheques depositados relativos a descontos aguardando compensação (R\$ 119.686,29), credores diversos - outros (R\$ 1.125.312,10).

20 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	32.366.128,94	30.441.943,19
Associados	10.762,00	10.294,00

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/4/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 100% para Fundo para possíveis desvalorizações de Bens não de uso próprio - BNDU, no valor, no valor de R\$ 700.799,92.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	1.612.149,40	2.002.284,92
Fundo de assistência técnica, educacional e social – destinação ref. Cotas Capitais	(28.234,55)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.583.914,85	2.002.284,92
Destinações estatutárias	(1.029.544,65)	(1.301.485,00)
Reserva legal - 60%	(950.348,91)	(1.201.370,77)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(79.195,74)	(100.114,23)
Reversões de Fundos	741.580,21	-
Reversão Fundo de Expansão	40.780,29	-
Reversão Fundo de Contingência	700.799,92	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.295.950,41	700.799,92

21 - Juros ao capital próprio

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 1.371.899,47. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

22 - Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de adiantamentos a depositantes	175.763,51	303.510,14	97.471,36	226.119,16
Rendas de empréstimos	10.690.469,39	20.074.573,13	11.108.860,62	20.166.378,35
Rendas de direitos creditórios descontados	937.293,33	1.800.088,86	731.824,72	1.793.557,83
Rendas de financiamentos	2.323.347,58	4.231.250,34	1.402.288,34	2.630.678,93
Rendas de financiamentos rurais - Recursos livres	54.426,38	58.396,66	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 6.g)	605.432,90	2.694.826,84	1.703.296,78	2.051.916,38
TOTAL	14.786.733,09	29.162.645,97	15.043.741,82	26.868.650,65

23 - Dispêndios e despesas da intermediação financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de captação (Nota 13.d)	(6.362.895,01)	(8.722.026,33)	(1.814.552,48)	(4.823.584,04)
Reversões de provisões para operações de crédito	3.394.929,84	6.789.526,08	2.993.177,82	6.377.289,88
Reversões de provisões para outros créditos	63.607,74	112.212,53	334.655,57	553.013,99
Provisões para operações de crédito	(6.838.935,00)	(13.242.044,09)	(5.452.310,13)	(12.137.182,00)
Provisões para outros créditos	(272.379,26)	(505.838,94)	(138.951,61)	(357.359,91)
TOTAL	(10.015.671,69)	(15.568.170,75)	(4.077.980,83)	(10.387.822,08)

24 - Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de cobrança	585.110,13	1.156.276,09	568.044,50	1.116.058,27
Rendas de Serviços de Custódia	-	931,96	-	624,81
Rendas de outros serviços	1.549.628,03	2.685.868,48	1.241.056,82	2.493.569,46
TOTAL	2.134.738,16	3.843.076,53	1.809.101,32	3.610.252,54

25 - Rendas de tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de pacotes de serviços - PF	-	-	453,00	918,80
Rendas de serviços prioritários - PF	94.15-	199.013,96	144.145,00	293.359,88
Rendas de serviços diferenciados - PF	1.146,30	4.790,40	6.15-	11.698,36
Rendas de tarifas bancárias - PJ	323.180,92	640.810,56	391.214,94	771.298,35
TOTAL	418.477,22	844.614,92	541.962,94	1.077.275,39

26 - Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	-	-	-	(60.385,02)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(766.538,92)	(1.543.194,52)	(729.252,18)	(1.274.501,47)
Despesas de pessoal - Benefícios	(1.127.287,64)	(2.099.801,21)	(983.428,32)	(1.673.487,69)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(1.375.051,15)	(2.715.112,45)	(1.328.709,63)	(2.332.503,41)
Despesas de pessoal - Proventos	(3.276.717,17)	(6.492.432,24)	(3.118.742,68)	(6.040.755,74)
Despesas de pessoal - Treinamento	(11.259,72)	(17.107,95)	(5.133,08)	(10.565,23)
Despesas de remuneração de estagiários	(19.923,16)	(38.182,29)	(19.312,69)	(70.269,25)
TOTAL	(6.576.777,76)	(12.905.830,66)	(6.184.578,58)	(11.462.467,81)

27 - Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	(71.706,98)	(139.633,33)	(51.198,65)	(104.524,35)
Despesas de aluguéis	(439.010,68)	(900.230,33)	(386.253,47)	(703.555,46)
Despesas de comunicações	(243.546,12)	(491.345,70)	(219.417,74)	(425.273,43)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(61.450,34)	(140.709,69)	(61.336,59)	(142.348,42)
Despesas de material	(55.632,46)	(115.629,78)	(56.163,94)	(104.917,02)
Despesas de processamento de dados	(527.699,23)	(1.067.136,96)	(388.259,00)	(809.831,00)
Despesas de promoções e relações públicas	(113.166,07)	(134.902,89)	(36.611,14)	(68.028,51)
Despesas de propaganda e publicidade	(171.000,23)	(278.392,07)	(128.980,23)	(175.299,81)
Despesas de publicações	(1.680,00)	(4.380,00)	(896,00)	(5.452,00)
Despesas de seguros	(40.174,38)	(90.125,61)	(45.420,60)	(86.301,38)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(959.846,00)	(1.755.786,53)	(908.733,66)	(1.917.178,74)
Despesas de serviços de terceiros	(223.131,08)	(480.554,46)	(204.420,65)	(416.113,67)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(467.967,55)	(905.550,29)	(445.862,79)	(1.028.233,26)
Despesas de serviços técnicos especializados	(187.049,07)	(407.349,98)	(178.103,53)	(351.794,28)
Despesas de transporte	(247.078,84)	(432.673,06)	(176.861,32)	(356.146,25)
Despesas de viagem ao exterior	(129,00)	(129,00)	-	-
Despesas de viagem no país	(7.515,94)	(14.590,81)	(3.403,00)	(3.403,00)
Despesas de amortização	(12.984,96)	(26.105,78)	(14.001,22)	(30.765,64)
Despesas de depreciação	(224.955,66)	(403.400,06)	(193.062,66)	(351.109,26)
Outras despesas administrativas	(728.315,05)	(1.457.184,12)	(629.457,93)	(1.325.136,82)
TOTAL	(4.784.039,64)	(9.245.810,45)	(4.128.444,12)	(8.405.412,30)

28 - Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	30.924,27	77.168,88	54.138,85	64.390,58
Atualização depósitos judiciais	1.425,36	1.425,36	15,59	53,84
Rendas de repasses interfinanceiros	-	242,51	-	-
Outras rendas operacionais	522.109,88	928.179,28	308.150,82	341.884,15
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.226.643,63	2.401.133,50	1.040.293,98	2.235.610,51
TOTAL	1.781.103,14	3.408.149,53	1.402.599,24	2.641.939,08

29 - Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras - despesas de provisões operacionais	-	-	-	(426.146,73)
Operações de crédito - despesas de descontos concedidos em renegociações	(263.316,56)	(423.519,67)	(158.738,90)	(239.306,06)
Outras despesas operacionais	(286.359,04)	(567.650,27)	(430.194,47)	(714.754,53)
Desconto/cancelamento de tarifas	(16.227,34)	(27.749,44)	(16.273,07)	(31.825,19)
Contrib. Ao fundo de resarc. de fraudes externas	(49.814,91)	(76.106,57)	(10.847,25)	(18.144,28)
Contrib. Ao fundo de resarc. de perdas operacionais	-	(6.360,26)	(7.508,82)	(8.606,64)
Perdas - Fraudes Externas	(50,00)	(50,00)	-	-
Dispêndios de assistência técnica, educacional e social	-	(6.815,00)	-	-
TOTAL	(615.767,85)	(1.108.251,21)	(623.562,51)	(1.438.783,43)

30 - Despesas com provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Provisões/Reversões para garantias prestadas	(106.545,89)	(180.241,58)	(32.150,97)	2.956,32
Provisões para garantias prestadas	(332.922,45)	(591.936,57)	(208.497,45)	(389.453,18)
Reversões de provisões para garantias prestadas	226.376,56	411.694,99	176.346,48	392.409,50
TOTAL	(106.545,89)	(180.241,58)	(32.150,97)	2.956,32

31 - Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em transações com valores de bens	265.119,55	265.119,55	100.207,39	526.254,12
Ganhos de capital	22.820,86	50.340,38	2.118,35	5.015,22
Ganhos de aluguel	154.755,37	154.755,37	104.243,85	117.875,38
Outras rendas não operacionais	53.535,31	72.209,67	4.673,65	4.673,65
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	(307.078,12)	(760.996,39)	(972.041,10)	(1.207.326,02)
(-) Perdas de capital	(11.117,32)	(11.117,32)	(215,84)	(215,84)
(-) Despesas de provisões não operacionais	(878.377,44)	(1.772.471,93)	(2.668.480,23)	(2.678.350,70)
(-) Outras despesas não operacionais	-	-	-	(16,21)
TOTAL	(700.341,79)	(2.002.160,67)	(3.429.493,93)	(3.232.090,40)

32 - Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

33 - Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	168.017,45	0,0472%	852,40
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	382.629,93	0,1075%	1.291,87
TOTAL	550.647,38	0,1548%	2.144,27
Montante das Operações Passivas	2.482.87-	1,0291%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,1130%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0429%
Aplicações Financeiras	1,0291%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.458,20	1.133,81	0,9019%
Empréstimos	215.626,97	1.078,14	0,1456%
Financiamentos	105.705,96	528,54	0,2479%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	423.897,75	0,5988%	0%
Depósitos a Prazo	9.175.414,55	4,2717%	0,7808%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	611.540,68	4,5653%	0,7125%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,6000%	0,77
Empréstimos	1,4600%	42,30
Financiamentos	0,9050%	42,98
Aplicação Financeira - Pré Fixada (% CDI)	0,5628%	16,83
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	101,1584%	153,56
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	7,0298%	24,10

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

- d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	33.296,89
Financiamentos	114.078,54

- e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	333.531,81	232.569,18

- f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20
INSS Diretoria/Conselheiros	(153.307,78)	(308.638,90)	(145.850,44)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(766.538,92)	(1.543.194,52)	(729.252,18)

- g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
637.556,31	607.014,52

34 - Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Cecresp, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Cecresp a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Credimogiana responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Cecresp perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	584.769,63	929.747,16
Ativo - Investimentos	5.515.166,69	2.655.187,15
Total das Operações Ativas	6.099.936,32	3.584.934,31

Saldos das receitas e despesas da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rateio de Despesas da Central	(195.625,51)	(483.000,11)	(240.768,48)	(551.569,30)
Total das Receitas	(195.625,51)	(483.000,11)	(240.768,48)	(551.569,30)

35 - Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36 - Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37 - Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	41.596.031,44	40.928.689,61
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	294.934.610,70	256.777.983,53
Índice de Basileia (mínimo 11%)	14,10	15,94
Imobilizado para cálculo do limite	2.885.321,90	2.225.344,00
Índice de imobilização (limite 50%)	6,94	5,44

Franca – SP

Mauricio Chaves Bartocci
Diretor Presidente

Sergio Ricardo Cecilio Hallak
Diretor Financeiro e Diretor Responsável pela Contabilidade

Geraldo Marques De Sousa
Diretor Administrativo

Silvana Aparecida Mezadri
Contadora CRC: 1sp224081/0-3



ONDE ESTAMOS?

A Credimogiana está localizada em 8 cidades do interior de São Paulo. Também temos nossa Agência Virtual, onde você pode ser atendido de qualquer cidade sem precisar ir a uma de nossas agências.

Franca (Sede)

Rua Saldanha Marinho, 2355
Bairro: São José
14403-420 - Franca - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Franca (Hospital São Joaquim)

Rua Abílio Coutinho, 331
Bairro: São Joaquim
14406-3550 - Franca - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Batatais

Rua Antônio José Buranelli, 202
Bairro: Centro
14300-000 - Batatais - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Ribeirão Preto

Av. Independência, 1379
Bairro: Jd. Sumaré
14025-390 - Ribeirão Preto - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Brodowski

Rua Marechal Deodoro, 41
Bairro: Centro
14340-000 - Brodowski - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Orlândia

Av. Dois, 400
Bairro: Centro
14620-000 - Orlândia - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Jaboticabal (Unimed)

Av. Carlos Berchieri, 791
Bairro: Nova Jaboticabal
14870-790 - Jaboticabal - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Jaboticabal (CDL)

Av Benjamim Constant, 223
Bairro: Centro
14870-140 - Jaboticabal - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Jaboticabal (Hosp. Irmandade)

Rua Floriano Peixoto, 1387
Bairro: Centro
14870-906 - Jaboticabal - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Jardinópolis

Rua Antônio Elias Said, 37
Bairro: Vila das Mangueiras
14680-000 - Jardinópolis - SP
Tel.: (16) 4000.1630

Campinas

Av. Andrade Neves, 295 - térreo
Torre São Paulo - Bairro: Centro
13013-160 - Campinas - SP
Tel.: (19) 4000.1630



Agência virtual
4000.1630

Banco24Horas

Você também pode utilizar os
mais de **24 mil caixas
eletrônicos**
espalhados pelo Brasil,
para fazer suas transações



EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO

Larissa Dourado Alves
Matheus Cunha Diverno
Paulo Vitor Cardoso Toledo

REDAÇÃO

Larissa Dourado Alves
Matheus Cunha Diverno

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Paulo Vitor Cardoso Toledo
Matheus Cunha Diverno

REVISÃO

Roberto Guimarães
Larissa Dourado Alves
Silvana Ap. Mezadri
Luiz Gustavo de Oliveira Guideroli

EDIÇÃO 100% DIGITAL



 credimogiana.com.br
 [@sicoobcredimogiana](https://www.instagram.com/@sicoobcredimogiana)
 Sicoob Credimogiana
 [Sicoob Credimogiana](https://www.linkedin.com/company/sicoob-credimogiana/)
 (16) 4000.1630

